

Evolução do padrão do consumo alimentar da população da cidade de São Paulo *

EDGARD LUIZ GUTIERREZ ALVES **
JOSÉ LUIZ TEIXEIRA M. VIEIRA **

1 — Introdução

O reconhecimento de que há uma estreita relação entre desnutrição e precárias condições sócio-econômicas em estudos afins deu-se em 1957: pela primeira vez, o Interdepartmental Committee on Nutrition for National Defense (ICNND) admite essa relação e sugere que a desnutrição é um entrave ao desenvolvimento econômico, na medida em que prejudica e/ou retarda a incorporação de novas tecnologias, o aumento de produtividade, etc., dadas as implicações da desnutrição sobre o indivíduo.¹

Mais recentemente, no início dos anos 60, foi a teoria do capital humano que forneceu o arcabouço teórico para a análise da desnutrição e o respectivo instrumental para a definição de políticas sociais. Isso porque há um provável comprometimento do sistema nervoso devido a processos graves de desnutrição do indivíduo na infância, com o conseqüente prejuízo do seu desenvolvimento físico e mental.

* Parte deste trabalho foi extraída do relatório de pesquisa "Análise da Evolução da Estrutura Orçamentária Familiar na Cidade de São Paulo", realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Os autores agradecem os comentários e sugestões do Prof. José Roberto Mendonça de Barros e da equipe técnica do DIEESE.

** Da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

¹ Paulete Goldenberg *et alii*, "Desnutrição — Uma Avaliação Crítica dos Diferentes Enfoques do Problema" (1977), mimeo.

A melhoria do estado nutricional da população possibilitaria, então, maior capacidade de aprendizagem e qualificação da mão-de-obra, que, por sua vez, redundaria em maior produtividade no trabalho e, dessa forma, em maior nível de remuneração.

Assim, esforços para melhorar a nutrição, educação e saúde seriam encarados como medidas para aumentar a eficiência dos fatores de produção, e as despesas com tais itens seriam aconselháveis enquanto significassem investimentos que complementariam os investimentos em capital físico para acelerar a taxa de crescimento econômico.²

Essa não parece a maneira correta de enfocar o problema nutricional, pois a ocorrência de desnutrição é consequência do estado de pobreza da população, uma vez que o padrão de desenvolvimento adotado pelas economias subdesenvolvidas, por um lado, leva à formação de um contingente de população marginalizada do processo produtivo e, por outro, gera desigualdades na distribuição dos benefícios do crescimento econômico. A teoria do capital humano não abrangeria em seus programas de investimentos esses contingentes, pois tais grupos não se encontram alocados naqueles setores produtivos, nos quais a utilização intensiva em capital físico justifica investimentos em capital humano na medida em que possibilitam aumentar a produtividade.

A ocorrência de desnutrição não se restringe apenas à população marginalizada, mas atinge também as pessoas ligadas ao processo produtivo, principalmente em atividades de baixa produtividade, como é o caso de pequenos produtores rurais e assalariados agrícolas, e mesmo em algumas atividades urbanas, como a construção civil e subempregados do ramo terciário.

Portanto, o problema nutricional configura-se como um caso de pobreza, mais especialmente de nível de renda ou de sua distribuição,

² Ver A. Berg, *The Nutrition Factor* (Washington: The Brookings Institution, 1973), e M. Selowsky, "The Economics Malnourished Children: An Example of Desinvestment in Human Capital", in *Economic Development and Cultural Change*, vol. 22, n.º 1 (outubro de 1973).

e o seu combate deve ser feito através de políticas redistributivas, dado que o objetivo do desenvolvimento econômico é eliminar a pobreza.

Dessa forma, o ataque à desnutrição deve ser encarado como um dos objetivos do planejamento global e ter um caráter intersetorial — incluindo produção, processamento, consumo e aproveitamento biológico dos alimentos.

A nível da unidade consumidora — a família — a análise desloca-se para os determinantes sócio-econômicos da desnutrição, e nesse âmbito discute-se a importância da renda, da educação e das crenças e tabus.

Existe um grupo de autores que acredita que o consumidor de baixa renda é irracional, e assim aumentos de renda seriam desviados para outros tipos de consumo e não para alimentos.³ Nesse caso deixam entrever que programas educacionais específicos seriam eficazes para combater a desnutrição ou mesmo que a solução estaria no fornecimento de um suplemento alimentar para grupos etários específicos, ou qualquer outra forma indireta.

Os estudos que advogam que o principal determinante do estado nutricional da família é a renda partem do pressuposto de que aumentos na renda são traduzidos em aumentos no consumo de alimentos e, ainda mais, que a manutenção do perfil de distribuição de renda, com a conseqüente manutenção do estado nutricional da população, tende a perpetuar a pobreza, na medida em que o estado nutricional também condiciona a renda das pessoas.⁴

³ Ver Alan Berg, "Nutrição e Desenvolvimento", in *Diálogo*, vol. VII, n.º 3 (1974), e Benjamin Barg, "Nutrition and National Development", in *Nutrition National Development and Planning, Proceedings of an International Conference* (MIT, 1973).

⁴ Ver F. J. Levinson, *Morinda: An Economic Analysis of Malnutrition among Young Children in Rural India*, Série Intervention Nutrition Policy (Cornell/MIT, 1974); D. L. Call e F. J. Levinson, "A Systematic Approach to Nutrition Intervention Programs", in *Nutrition National Development and Planning, Proceedings of an International Conference* (MIT, 1973); Leonard Joy, "Food and Nutrition Planning", in *The Journal of Agricultural Economics*; e Pedro Belli, "The Economic Implications of Malnutrition: The Dismal Science Revisited", in *Economic Development and Cultural Change* (outubro de 1971).

Para o Brasil, diversos estudos apontam a renda como o fator mais importante na determinação do estado nutricional,⁵ e ainda que o problema nutricional mais freqüente é de ordem calórica — insuficiência na quantidade de alimentos consumidos — derivado do baixo poder aquisitivo da população.

2 — Consumo alimentar na cidade de São Paulo — 1934/70

Não existem estudos abrangentes específicos sobre o estado nutricional da população paulistana; os dados deste trabalho são extraídos de pesquisas de orçamentos familiares que, obviamente, não foram feitas com essa finalidade, mas fornecem dados ajustáveis à análise da situação nutricional.⁶

Os dados de compra de alimentos foram transformados em seus equivalentes em calorias e proteínas, cuja soma para toda a alimentação foi comparada com as necessidades nutricionais da população,

⁵ Ver Fundação Getulio Vargas, *Pesquisa sobre Consumo Alimentar* (julho de 1975), vol. I; E. L. G. Alves, "Nível Alimentar, Renda e Educação", in *Estudos Econômicos*, vol. 7, n.º 2 (1977); J. L. T. M. Vieira, "O Impacto da Renda no Estado Nutricional das Famílias Paulistas", Dissertação de Mestrado (FEA/USP, 1975); Elca R. Rosenberg, "O Comportamento do Consumidor em Relação à Nutrição", Texto para Discussão (UnB, Departamento de Economia, 1975), n.º 30, mimeo; e A. C. C. Campino, E. L. G. Alves e J. L. T. M. Vieira, "Fatores Sócio-Econômicos Associados à Nutrição no Município de São Paulo", in *Estudos Econômicos*, vol. 5, n.º 1 (1975).

⁶ As pesquisas utilizadas foram: Orace B. Davis, "Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo" (1934); Samuel H. Lowrie, "Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo" (1936/37); Comissão Nacional de Bem-Estar Social (CNBES), "Pesquisa de Custo de Vida de Operários" (1952); Fundação Getulio Vargas, "Food Consumption in Brazil — Family Budget Surveys in the Early 1960's"; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), "Pesquisa de Orçamentos Familiares de Operários" (1969/70); e Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), "Pesquisa de Orçamentos Familiares no Município de São Paulo" (1971/72).

obtendo-se assim as taxas de cobertura nutricional para os diferentes períodos.

A Tabela 1 fornece esses resultados, em termos médios, para os diversos anos analisados; observa-se que as famílias paulistanas receberam um suprimento adequado de calorias e proteínas, embora os valores da taxa de cobertura variem muito durante o período.

Vê-se, também, que as taxas de cobertura e, portanto, os consumos de calorias são sistematicamente inferiores aos de proteínas, que apresentam valores, em média, bem acima das necessidades.

TABELA 1

Consumo e necessidades médias per capita/dia de calorias (unidades) e proteínas (gramas) e taxa de cobertura das necessidades (%) no município de São Paulo (amostras completas)

Indicador Nutricional	1934	1936/37	1952	1961/62	1969/70	1971/72
Consumo						
Caloria	2.652	2.647	2.632	3.156	2.484	2.862
Proteína	88,9	81,9	76,0	89,1	68,7	86,7
Necessidades						
Caloria	2.189	2.129	2.161	2.146	2.202	2.180
Proteína	52,7	50,3	52,0	51,6	51,5	52,6
Taxa de Cobertura						
Caloria	121,1	124,3	121,8	147,1	112,8	130,9
Proteína	168,7	162,8	146,1	172,7	133,4	164,8

Na Tabela 2 apresenta-se uma lista dos alimentos mais consumidos pela média das famílias paulistanas em cada uma das pesquisas de orçamentos familiares analisadas e as respectivas quantidades. Observa-se de maneira geral que há uma diversificação na pauta de consumo: a partir de 1961 todos os produtos da tabela passam a ser consumidos.

As principais mudanças observadas podem ser assim resumidas: há uma grande redução na quantidade consumida de feijão — em 1934, o consumo médio era de 2,4 kg *per capita*/mês, enquanto em 1969/70 era de 1,5 kg, fato esse compensado por um aumento na quantidade consumida de arroz, que passou de 2,8 kg, em 1934, para

TABELA 2

Consumo alimentar per capita -- em kg

Produtos	Davis (1934)	Lowrie (1936/37)	CNBES (1952)	FGV (1961/62) Até Cr\$ 7.530,00 ^a	DIEESE (1969/70)
Arroz	2,795	2,703	3,221	4,270	3,449
Feijão	2,458	2,194	1,687	1,536	1,369
Açúcar	—	—	2,492	3,018	2,183
Café	—	—	0,576	0,641	0,388
Ovos	—	—	0,424	0,523	0,429
Leite Fresco	—	—	5,560 ^b	3,074	5,519
Leite em Pó	—	—	—	0,076	0,082
Queijo	0,171	0,143	0,215	0,139	0,146
Pão	7,853	8,366	5,603	4,383	2,476
Massas	1,474 ^c	0,920	0,869	0,396	0,324
Carne Bovina	2,802 ^d	2,103	1,441	1,433	1,438
Carne Suína	—	0,025	—	0,113	0,160
Carne de Aves	0,045	0,087 ^e	0,075	0,110	0,412
Carnes Industrializadas	0,026	0,239	0,416	0,298	0,280
Peixe Fresco	0,141	0,247	0,120	0,272	0,190
Camarão	—	—	—	0,009	0,010
Bacalhau	0,086	0,089	0,104	0,048	0,057
Fubá	—	—	0,072	0,190	0,137
Farinha de Trigo	—	0,502	0,312	0,387	0,270
Farinha de Mandioca	—	—	0,132	0,243	0,109
Bolachas	—	—	0,185	0,212	0,137
Batata-Inglesa	1,801 ^f	2,515	1,578	1,621	1,207
Mandioca	—	—	0,042	0,188	0,045
Banha	—	0,592	0,411	0,213	0,069
Manteiga	0,063	0,077	0,167	0,081	0,070
Toucinho	—	0,199	0,232	0,332	0,136
Margarina	—	—	—	0,045	0,094
Óleos Vegetais	0,399 ^g	0,397 ^g	0,663 ^g	0,815	0,885
Gordura de Coco	—	—	—	0,025	0,014
Banana	1,157	—	0,151	1,219	0,968
Laranja	1,511 ^h	—	1,550	5,562	2,236

^a Em cruzeiros de 1976. Foram excluídas da amostra da FGV as famílias do extremo superior da distribuição de renda para que as cinco pesquisas fossem comparáveis.

^b Inclui o equivalente em leite em pó e leite condensado.

^c Inclui farinha.

^d Inclui lingüiça.

^e Unidade.

^f Inclui mandioca.

^g Azeite

^h Inclui mexerica.

3,4 kg, em 1969/70; nota-se que a quantidade da tradicional mistura arroz-feijão manteve-se, alterando-se apenas a proporção entre os dois produtos. O pão apresentou uma redução substancial no seu consumo: de 7,8 kg, em 1934, passa para 2,5 kg, em 1969/70. ⁷ Quanto

⁷ Parte da explicação desse fato pode ser creditada à elevada participação de estrangeiros nas amostras de Davis, *op. cit.*, e Lowrie, *op. cit.*, em cujas pautas de consumo o pão tinha grande participação.

aos produtos de origem animal, observa-se o seguinte: o consumo de carne bovina cai bastante no período, sendo em parte substituído por outros tipos de carnes, notadamente de aves, que de um consumo *per capita*/mês de 45 gramas, em 1934, passa a 412 gramas, de 1969/70, e também por ovos (de 136 a 429 gramas, respectivamente). O leite também apresentou um significativo aumento no período.

Em termos de oferta desses alimentos, sabe-se que a produção de carne é uma atividade relativamente estagnada, enquanto leite e aves, pelo menos no Estado de São Paulo, têm apresentado grandes melhorias técnicas que resultaram em ganhos de produtividade em sua produção. Finalmente, observa-se uma nítida substituição de banha por óleos vegetais, bem como de manteiga por margarina.

Na Seção 4 deste trabalho verificaremos que parte das explicações para algumas alterações ocorridas ao longo do período na estrutura de consumo de alimentos são dados pela evolução dos seus preços relativos.

A Tabela 3 apresenta as principais fontes de calorias e proteínas das famílias paulistanas no decorrer do período analisado. Nesses últimos 35 anos não houve grandes alterações nas principais fontes de nutrientes, apesar das substituições já mencionadas entre os produtos de origem animal. Os principais fornecedores de calorias continuavam sendo pão, açúcar, óleo, arroz e feijão, e os fornecedores de proteínas ainda eram arroz, feijão, carne, leite e pão.

Em decorrência das alterações verificadas na quantidade consumida desses alimentos, há uma alternância na importância relativa que cada um assume ao longo do tempo.

Não foi possível desagregar os dados para apresentar o consumo de alimentos por faixa de renda na maioria das pesquisas em questão.⁸ No entanto, mesmo em termos médios, nota-se uma estreita relação entre a evolução da renda real e o consumo de calorias e de proteínas, conforme mostra a Tabela 4.

⁸ Somente as pesquisas da FGV em 1961/62, do DIEESE em 1969/70 e do IPE em 1971/72 permitiram essa desagregação. No entanto, Davis, *op. cit.*, observou que apesar de, em média, as famílias da amostra satisfazerem suas necessidades calórico-proteicas, existiam 47% delas que consumiam abaixo de suas necessidades calóricas, e 37% do total pertenciam às duas classes de renda mais baixas (de um total de cinco classes).

TABELA 3

Fonte de nutrientes — cidade de São Paulo

(%)

Produtos	1934	1936/37	1952	1961/62	1969/70
Fonte de Calorias					
Arroz.....	14,1	12,4	15,6	19,9	20,2
Feijão.....	11,9	9,3	7,6	6,6	7,4
Açúcar.....	10,4	12,9	12,8	14,8	13,5
Leite <i>in Natura</i>	2,8	2,0	4,7	2,5	5,8
Pão.....	34,1	32,9	23,3	17,5	12,4
Carne Bovina.....	7,0	4,7	3,4	3,3	5,5
Carne de Aves.....	0,1	—	0,2	0,2	1,1
Banha.....	—	6,7	4,9	2,4	1,0
Óleos Vegetais.....	4,2	4,5	7,9	9,4	12,8
Subtotal.....	84,6	85,4	80,4	76,6	79,7
Demais Produtos.....	15,4	14,6	19,6	23,4	20,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fonte de Proteínas					
Arroz.....	11,7	7,9	10,7	15,3	14,1
Feijão.....	20,9	19,6	17,0	16,8	17,1
Leite <i>in Natura</i>	4,0	3,2	9,0	5,0	10,3
Pão.....	30,7	34,4	26,2	22,0	14,2
Carne Bovina.....	21,8	17,2	13,4	14,3	15,2
Carne de Aves.....	0,3	—	0,6	1,0	4,2
Subtotal.....	89,4	82,3	76,9	74,4	75,1
Demais Produtos.....	10,6	17,7	23,1	25,6	24,9
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No período 1934/52, a renda familiar real média (Tabela 4) sofreu poucas oscilações, o mesmo podendo ser observado com relação ao consumo de calorias; em 1961/62, a renda real média foi a maior em todas as pesquisas analisadas, o mesmo acontecendo com o consumo de calorias e proteínas; no final do período, a queda de renda familiar foi acompanhada por uma diminuição no consumo de calorias e proteínas.

TABELA 4

Evolução da renda real e do consumo de calorias e proteínas
(índice: 1934 = 100)

Período	Renda Familiar	Índice	Renda Familiar Per Capita	Índice	Consumo de Calorias	Índice	Consumo de Proteínas	Índice
1934	3.103,8	100	587,4	100	2.652	100	88,9	100
1936/37	2.613,4	82	534,5	91	2.647	99	81,9	92
1952	3.288,5	103	834,1	142	2.632	99	76,0	85
1961/62	4.190,4	131	1.019,9	174	3.156	119	89,1	100
1969/70	3.268,7	102	666,4 ^a	113	2.484	94	68,7	77
1971/72	4.887,2	128	946,4	161	2.862	108	86,7	98

^a A queda acentuada na renda familiar per capita observada em 1969/70 em relação a 1961/62 deve-se, principalmente, às diferentes metodologias utilizadas nas duas pesquisas (FGV e DIEESE).

A tabela 5 apresenta os valores das taxas de cobertura desagregados por faixa de renda para os anos de 1961/62, 1969/70 e 1971/72 e aponta uma estreita relação entre o consumo de calorias e proteínas e a renda familiar.

Nota-se que para as famílias pobres as taxas de cobertura estão pouco acima da adequação. Esse é um indicador de que existem famílias que não preenchem suas necessidades nutricionais.

A seguir, passa-se a um estudo mais acurado do consumo alimentar em São Paulo, com base na "Pesquisa de Orçamentos Familiares", realizada pelo IPE em 1971/72. Pelo fato de ser a mais recente de todas, havendo inclusive estudos mais detalhados a respeito do papel da renda e de outras variáveis no estado nutricional da população feitos com base nessa pesquisa, seus resultados serão aqui discutidos.

TABELA 5

Taxas de cobertura por faixa de renda

	Faixa de Renda Baixa	Faixa de Renda Média	Faixa de Renda Alta
Pesquisa da FGV — 1961/62			
Calorias.....	124,1	149,0	174,9
Proteínas.....	123,8	158,6	198,4
Pesquisa do DIEESE — 1969/70 ^a			
Calorias.....	91,1	100,6	109,6
Proteínas.....	86,2	95,4	108,1
Pesquisa do IPE — 1971/72			
Calorias.....	109,2	135,9	154,1
Proteínas.....	121,5	170,9	209,3

^a Ao invés de utilizar as necessidades nutricionais para cada faixa de renda os dados do DIEESE referem-se às necessidades de um adulto-equivalente.

3 — Consumo alimentar na cidade de São Paulo — 1971/72

Com o objetivo de prosseguir na discussão anterior, os estudos citados a seguir referem-se sempre ao levantamento realizado pelo IPE em 1971/72.

Campino, Alves e Vieira,⁹ analisando os dados de consumo alimentar para as duas faixas de renda mais baixas, encontraram deficiências nutricionais significativas, principalmente na faixa de renda mais baixa.

A Tabela 6 apresenta a distribuição relativa das famílias por faixa de adequação nutricional, mais uma vez constatando-se que o principal problema é de ordem calórica: na 1.^a classe, a maioria das famílias (61,4%) não satisfaz suas necessidades calóricas, 22,3% não consomem proteínas em quantidades suficientes, além de 56,5 e 62,7% das famílias não apresentarem adequação em Vitamina A e Ferro, respectivamente; para a 2.^a faixa de renda, essas proporções diminuem bastante, embora ainda sejam elevadas: 28,7% não satisfazem suas necessidades calóricas, 10,9% suas necessidades protéicas, 31,8% apresentam problemas de anemia e 49,2% de hipovitaminose A.

Os autores usaram um modelo de regressão múltipla para captar o efeito da renda, da educação, da ocupação e do local de nascimento dos pais. Os resultados encontrados mostram que a renda familiar *per capita* é a variável mais importante na determinação do estado nutricional, sendo que a educação (da mãe) só começa a ter alguma influência a partir do nível de instrução ginásial; as outras variáveis não tiveram influência significativa. Os dados sugerem que enquanto a renda seria o fator limitante, a educação seria o fator agravante da situação nutricional.

Alves,¹⁰ com o intento de aprofundar a análise do papel da renda no estado nutricional familiar, utilizou uma metodologia que permitia contornar parte dos problemas apontados nos trabalhos anteriores. O trabalho divide a amostra em dois grupos: o de famílias

⁹ Ver A. C. C. Campino, E. L. G. Alves e J. L. M. T. Vieira, *op. cit.*

¹⁰ Ver E. L. G. Alves, *op. cit.*

TABELA 6

Distribuição das famílias por faixas de adequação de calorias e nutrientes

(%)

Faixa de Adequação	Elemento Nutricional							
	Classe de Renda 1 (0 — 0,5) SMPC ^a				Classe de Renda 2 (0,5 — 1,0) SMPC			
	Caloria	Proteína	Ferro	Vit. A	Caloria	Proteína	Ferro	Vit. A
20% — 60%	7,2	4,2	13,3	36,1	2,7	0,9	3,3	21,6
60% — 100%	54,2	18,1	49,4	20,4	26,0	10,0	28,5	27,6
≥ 100%	38,6	77,7	37,3	25,9	71,3	84,1	68,2	45,8

FONTE: A. C. C. Campino, E. L. G. Alves e J. L. M. T. Vieira, *op. cit.*

^a A renda familiar está expressa em salários mínimos *per capita*.

adequadas e o de não adequadas nutricionalmente. Foi observado que a composição da dieta alimentar em ambos os grupos era idêntica, diferindo as quantidades consumidas de cada alimento; sistematicamente, as famílias não adequadas consumiam menor quantidade de cada alimento que o outro grupo.

Comparando resultados anteriores, o autor observou que 15,3% das famílias entrevistadas estavam não adequadas em calorias, enquanto 5% não o eram em proteínas, e que há uma estreita relação entre a adequação nutricional e a renda familiar, de acordo com a Tabela 7. Esse trabalho também não encontrou nenhuma influência da variável educação no consumo de calorias e proteínas.

Os resultados das análises de consumo alimentar e do estado nutricional das famílias da "Pesquisa de Orçamentos Familiares" podem ser assim resumidos: o problema nutricional revela-se mais calórico que protéico, portanto quantitativo, e assim a renda parece desempenhar um papel mais importante que qualquer outra variável.

Quando estiver disponível, o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), realizado em 1974, deverá fornecer melhores resultados, pois a metodologia empregada permite aprofundar e detalhar este tipo de análise.

TABELA 7

Famílias com consumo adequado e não adequado simultaneamente em calorias e proteínas por classes de renda no município de São Paulo

Renda Familiar Per Capita em Salários Mínimos	Famílias Adequadas (%)	Famílias não Adequadas (%)	Número de Famílias da Classe
0 — 0,25.....	28,6	71,4	21
0,25 — 0,5	49,4	50,6	172
0,5 — 0,75.....	72,6	27,4	296
0,75 — 1,0	82,6	17,4	298
1,0 — 1,5	89,8	10,2	441
1,5 — 2,0	91,2	8,8	294
2,0 — 3,0	91,9	8,1	321
3,0 — 4,0	92,2	7,8	153
4,0 — 5,0	93,6	6,4	78
5,0 — ou Mais.....	98,2	1,8	168

FONTE: E. L. G. Alves, *op. cit.*

Em 1973 foi realizado um estudo sobre o estado nutricional de pré-escolares no município de São Paulo.¹¹ Os resultados encontrados mostram que elevada proporção das crianças examinadas apresentavam algum grau de desnutrição (Tabela 8). A tabela mostra que, na classe de renda mais baixa, a desnutrição protéico-calórica atinge quase metade das crianças (46%), proporção que diminui sistematicamente com o aumento de renda. Esses resultados para o pré-escolar são importantes na medida em que representam um bom indicador do estado nutricional da família como um todo.

Este é o quadro atual da situação nutricional na cidade de São Paulo, onde prevalece a insuficiência calórica, principalmente nas famílias de renda baixa.

¹¹ IMPEP/IPE, "O Estado Nutricional de Crianças de 6 a 60 Meses no Município de São Paulo" (1975).

TABELA 8

Estado nutricional de pré-escolares por classes de renda
(Em salários mínimos *per capita* familiar – SMPC)

Estado Nutricional	Renda (SMPC)				
	0 — 0,5	0,5 — 1,0	1,0 — 1,5	1,5 — 2,5	≥ 2,5
Normal	54,0	67,0	79,0	85,0	89,0
DI ^a	37,0	32,0	20,0	15,0	11,0
DII e DIII ^a	9,0	1,0	1,0	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IMPEP/IFE, op. cit.

^a DI, DII e DIII significam graus de desnutrição medidos de acordo com a diferença encontrada entre os pesos esperado e observado para cada faixa etária.

3.1 — Cesta de alimentos

Construiu-se, a seguir, a cesta básica de alimentos a fim de detectar quais os mais consumidos pela população e suas principais características, levando em conta a participação do produto na despesa com alimentação e no total de calorias e proteínas consumidas.

Determinou-se duas cestas de alimentos, a primeira para as famílias pobres (socialmente vulneráveis) e a segunda para a média da população paulistana, para comparar o conteúdo dos produtos componentes, em termos de calorias e proteínas de cada cesta.

Os dados utilizados foram os da “Pesquisa de Orçamentos Familiares”, com os alimentos sendo divididos em três grupos: *in natura*, semi-elaborados e industrializados, de acordo com a classificação adotada no Índice de Preços ao Consumidor do IPE.

As Tabelas 9 a 12 apresentam os resultados dos cálculos da cesta de alimentos para a média da população e para a classe de renda baixa (até 1 salário mínimo *per capita* de renda mensal).

Para a construção da cesta, foram selecionados os 21 produtos mais importantes em termos de despesa e de calorias e proteínas consumidas.

3.1.1 -- Quantidades consumidas

A Tabela 9 mostra que apenas três produtos não fazem parte das duas cestas: no grupo dos produtos *in natura*, o peixe (quase sempre sardinha fresca) substitui o tomate na cesta das famílias pobres; no grupo dos industrializados, a farinha de mandioca e a margarina substituem café, bolos e doces.

No entanto, observa-se que, de maneira geral, os produtos que compõem as cestas são praticamente os mesmos, estando as diferenças nas quantidades consumidas, pois as famílias pobres consomem os mesmos alimentos em quantidades menores. As únicas exceções significativas referem-se à tradicional mistura arroz-feijão e ao leite em pó.

TABELA 9

Quantidades consumidas per capita/mês -- cesta de alimentos

Produtos	Unidade	Consumo de Todas as Famílias (1)	Consumo das Famílias Pobres (2)	(2)/(1)
<i>In Natura</i>				
Feijão.....	kg	1,48	1,74	0,18
Ovos.....	dúzia	1,44	0,97	0,67
Batata.....	kg	1,88	1,38	0,73
Banana.....	dúzia	1,54	1,35	0,88
Laranja.....	dúzia	1,85	1,27	0,69
Tomate.....	kg	1,60	a	—
Peixe.....	kg	a	0,17	—
<i>Semi-Elaborados</i>				
Carne bovina.....	kg	2,13	1,21	0,57
Arroz.....	kg	3,79	4,19	1,10
Leite <i>in Natura</i>	l	6,94	4,90	0,71
Frango/Galinha.....	kg	0,74	0,35	0,47
<i>Industrializados</i>				
Pão.....	kg	2,78	2,34	0,84
Óleo.....	l	1,31	1,01	0,77
Açúcar.....	kg	2,48	2,25	0,91
Café.....	kg	0,55	a	—
Queijo.....	kg	0,26	0,08	0,31
Macarrão.....	kg	0,44	0,34	0,77
Carnes Industrializadas.....	kg	0,38	0,19	0,50
Farinha de Trigo.....	kg	0,36	0,23	0,64
Leite em Pó.....	kg	0,11	0,12	1,09
Bolos e Doces.....	kg	0,04	a	—
Refrigerante.....	l	1,55	0,78	0,50
Farinha de Mandioca.....	kg	a	0,21	—
Margarina.....	kg	a	0,15	—

FONTE: POF — IPE/USP.

* O produto não faz parte da cesta.

Com relação a este último, provavelmente a explicação esteja no fato de que as famílias pobres da amostra tinham, em média, um maior número de crianças que as demais. Quanto ao consumo de arroz e feijão, sua correlação inversa com a renda se explica porque esses alimentos tinham preços relativos baixos na época, e à medida que a renda aumenta a família diversifica seu consumo.

Em geral, as diferenças nas quantidades são maiores naqueles produtos cujos preços relativos são elevados, como a carne bovina, frango, ovos, queijo e carnes industrializadas, os quais são de origem animal e importantes fontes de proteínas de alto valor biológico. O contrário ocorre com o pão, óleo, açúcar, macarrão e banana, devido aos preços mais baixos.

3.1.2 — Consumo de calorias

A Tabela 10 apresenta, para as duas cestas, as fontes de calorias e sua distribuição relativa.

As famílias pobres consomem 2.468 calorias e os produtos da cesta fornecem 2.185, ou seja, 88,5%, enquanto, em média, as famílias paulistanas consomem 3.012 calorias e os produtos da cesta são responsáveis pelo fornecimento de 2.552 — 84,7% do total de calorias.

As fontes de calorias são semelhantes para os dois grupos de famílias, embora as das famílias pobres provenham relativamente mais dos produtos não industrializados (*in natura* e semi-elaborados).

Em função das quantidades consumidas, os produtos mais importantes no fornecimento de calorias das famílias pobres são o arroz (22,6% do total da cesta), o pão (18,0%), o açúcar (13,6%) e o óleo (12,9%), os quais são responsáveis por 68% do total de calorias da cesta de alimentos e, embora a ordem de importância se altere, representam 66% das calorias da média das famílias de São Paulo.

É importante verificar que mesmo aqueles produtos caracteristicamente protéicos (feijão, carnes, leite, etc.) são também importantes fontes de calorias para as famílias.

3.1.3 — Consumo de proteínas

As famílias pobres consomem 64,9 g de proteínas por dia e a cesta de alimentos contém 57,9 g ou 89,2% do total, enquanto a média

TABELA 10

Fonte de calorias — cesta de alimentos

Produtos	Número de Calorias/Dia e Percentagem			
	Todas as Famílias		Famílias Pobres	
<i>In Natura</i>				
Feijão.....	170	(6,7)	201	(9,2)
Ovos.....	40	(1,6)	27	(1,2)
Batata.....	47	(1,8)	34	(1,6)
Banana.....	41	(1,6)	37	(1,7)
Laranja.....	26	(1,0)	18	(0,8)
Tomate.....	10	(0,4)		
Peixe.....		a	8	a (0,4)
Subtotal.....	334	(13,1)	325	(14,9)
<i>Semi-Elaborados</i>				
Carne Bovina.....	107	(4,2)	62	(2,8)
Arroz.....	445	(17,4)	493	(22,6)
Leite <i>in Natura</i>	102	(4,0)	68	(3,1)
Frango/Galinha.....	44	(1,7)	21	(1,0)
Subtotal.....	698	(27,3)	644	(29,5)
<i>Industrializados</i>				
Pão.....	551	(21,6)	393	(18,0)
Óleo.....	366	(14,3)	281	(12,9)
Açúcar.....	327	(12,8)	298	(13,6)
Café.....	42	(1,6)		
Queijo.....	30	(1,2)	8	a (0,4)
Macarrão.....	49	(1,9)	37	(1,7)
Carnes industrializadas	33	(1,3)	16	(0,7)
Farinha de trigo.....	43	(1,7)	27	(1,2)
Leite em Pó.....	17	(0,7)	20	(0,9)
Bolos e Doces.....	27	(1,1)		
Refrigerante.....	35	(1,4)	18	a (0,8)
Farinha de Mandioca.		a	25	(1,1)
Margarina.....		a	93	(4,2)
Subtotal.....	1.520	(59,6)	1.216	(55,5)
Total.....	2.552	(100,0)	2.185	(100,0)

FONTE: POF — IPE/USP.

a O produto não faz parte da cesta.

das famílias paulistanas consome 85,5 g e a cesta de alimentos fornece 76,5 g ou 89,5% do total, conforme a Tabela 11.

Quanto às diversas fontes de proteínas, nota-se que, devido ao feijão, na cesta das famílias pobres os produtos *in natura* participam relativamente mais, em detrimento dos industrializados, pois, como se verá adiante, aqueles são relativamente mais caros.

Como a ocorrência de desnutrição protéica é bastante reduzida — e os resultados da Tabela 11 corroboram essa afirmativa — o

TABELA 11

Fonte de proteínas — cesta de alimentos

Produtos	Número de Proteínas/Dia e Percentagem			
	Todas as Famílias		Famílias Pobres	
<i>In Natura</i>				
Feijão.....	10,8	(14,1)	12,8	(22,1)
Ovos.....	3,2	(4,2)	2,1	(3,6)
Batata.....	1,1	(1,4)	0,8	(1,4)
Banana.....	0,4	(0,5)	0,4	(0,7)
Laranja.....	0,4	(0,5)	0,3	(0,5)
Tomate.....	0,3	(0,4)		
Peixe.....		a	0,7	a (1,2)
Subtotal.....	16,2	(21,1)	17,1	(29,5)
<i>Semi-Elaborados</i>				
Carne Bovina.....	12,0	(15,7)	6,8	(11,7)
Arroz.....	9,1	(11,9)	10,0	(17,3)
Leite <i>in Natura</i>	5,6	(7,3)	3,8	(6,6)
Frango/Galinha.....	3,8	(5,0)	1,8	(3,1)
Subtotal.....	30,5	(39,9)	22,4	(38,7)
<i>Industrializados</i>				
Pão.....	18,8	(24,6)	13,6	(23,5)
Oleo.....	0,0	(0,0)	0,0	(0,0)
Açúcar.....	0,0	(0,0)	0,0	(0,0)
Café.....	2,3	(3,0)		a
Queijo.....	2,5	(3,3)	0,7	(1,2)
Macarrão.....	1,5	(2,0)	1,1	(1,9)
Carnes Industrializadas	1,9	(2,5)	1,0	(1,7)
Farinha de Trigo.....	1,2	(1,7)	0,8	(1,4)
Leite em Pó.....	0,9	(1,2)	1,0	(1,7)
Bolos e Doces.....	0,6	(0,8)		a
Refrigerante.....	0,0	(0,0)	0,0	(0,0)
Farinha de Mandioca...		a	0,1	(0,2)
Margarina.....		a	0,1	(0,2)
Subtotal.....	29,8	(39,0)	18,4	(31,8)
Total.....	76,5	(100,0)	57,9	(100,0)

FONTE: POF — IPE/USP.

* O produto não faz parte da cesta.

consumo de proteínas, em média, é mais que suficiente para cobrir as necessidades de um adulto, nas duas cestas.

No que se refere ao aspecto qualitativo, a Tabela 11 mostra que 80% do consumo de proteínas das famílias pobres são de origem vegetal, evidenciando que sua qualidade é inferior.

O pão é novamente o produto mais importante na dieta das famílias estudadas, representando cerca de 1/4 do total de proteínas consumidas nas duas cestas estudadas, sendo a mistura arroz-feijão

responsável por cerca de 40% das proteínas das famílias pobres e por 26% da média das famílias paulistanas. As carnes representam, respectivamente, cerca de 15 e 21% do total protéico das duas cestas.

3.1.4 — Preço dos nutrientes ¹²

A comparação entre os preços do nutriente pagos pelas famílias pobres e pela média das famílias paulistanas mostra não só diferenças na qualidade do produto consumido como também pode refletir diferenciais de preços devido ao local de compra dos alimentos. A Tabela 12 contém para cada produto e para cada cesta de alimentos o preço pago tanto de uma unidade de caloria quanto de um grama de proteína.

De maneira geral, as famílias pagam preços menores pelos alimentos nutricionais, com as únicas exceções do pão, açúcar e leite em pó. Com relação a estes três produtos, dado que seus preços são administrados, o pagamento de preços mais elevados pelas famílias pobres deve-se, certamente, aos diferentes locais de compra usados por cada grupo de família analisado: as famílias pobres gastam uma elevada proporção do dispêndio em alimentação em armazéns utilizando o conhecido sistema de "cadernetas", que onera o consumidor.

Vê-se que naqueles produtos sem grande diferenciação de qualidade, como é o caso do arroz, pão, leite *in natura* e carne de aves, por exemplo, os diferenciais de preços são bastante pequenos entre os dois grupos de famílias. O contrário ocorre naqueles produtos de grande variedade de qualidade: carne bovina, óleo e demais industrializados. Nestes casos as famílias pobres consomem o produto de menor preço, sem atentar para o tipo, marca, embalagem, etc.

É claro que essas diferentes qualidades dos produtos consumidos pelas famílias não afetam os conteúdos nutricionais: 1 kg de acém ou de *filet mignon* contém a mesma quantidade de calorias e proteínas.

¹² O preço da unidade de caloria e da grama de proteína é o quociente entre a despesa com o produto e a quantidade de calorias e proteínas que o produto fornece.

Quando se comparam os preços dos nutrientes dos produtos de origem animal, observa-se que os produtos "modernos", como aves, leite e ovos, têm preços por nutriente menor que a "tradicional" carne bovina.

Quanto às calorias, a Tabela 12 mostra que os produtos de custo calórico mais baixo são açúcar, pão, óleo, feijão e arroz. No caso

TABELA 12

Preço da unidade de calorias e proteínas

(Cr\$ de 1971/72)

Produtos	Todas as Famílias		Famílias Pobres	
	Preço de Calorias (Unidade)	Preço de Proteínas (Gramas)	Preço de Calorias (Unidade)	Preço de Proteínas (Gramas)
<i>In Natura</i>				
Feijão.....	0,00055	0,00864	0,00050	0,00782
Ovos.....	0,00250	0,03125	0,00235	0,03018
Batata.....	0,00121	0,05152	0,00168	0,04583
Banana.....	0,00098	0,10000	0,00081	0,07500
Laranja.....	0,00282	0,18333	0,00204	0,12222
Tomate.....	0,00600	0,20000	—	—
Peixe.....	—	—	0,00125	0,01429
Subtotal.....	0,00127	0,02613	0,00085	0,01618
<i>Semi-Elaborados</i>				
Carne Bovina.....	0,00427	0,03806	0,00371	0,03382
Arroz.....	0,00057	0,02784	0,00054	0,02667
Leite <i>in Natura</i>	0,00176	0,03214	0,00176	0,03214
Frango/Galinha.....	0,00280	0,03246	0,00270	0,03148
Subtotal.....	0,00145	0,03322	0,00104	0,03006
<i>Industrializados</i>				
Pão.....	0,00038	0,01117	0,00044	0,01274
Óleo.....	0,00043	—	0,00037	—
Açúcar.....	0,00024	—	0,00025	—
Café.....	0,00238	0,04348	—	—
Queijo.....	0,00244	0,02933	0,00208	0,02286
Macarrão.....	0,00116	0,03778	0,00099	0,03333
Carnes Industrializadas.....	0,00313	0,05439	0,00292	0,04687
Farinha de Trigo.....	0,00039	0,01282	0,00037	0,01250
Leite em Pó.....	0,00196	0,03704	0,00200	0,04000
Baixas e Doces.....	0,00037	0,01667	—	—
Refrigerante.....	0,00152	—	0,00111	—
Farinha de Mandioca.....	—	—	0,00027	0,06667
Margarina.....	—	—	0,00029	0,26667
Subtotal.....	0,00059	0,02025	0,00046	0,03007
Total.....	0,00091	0,03046	0,00069	0,02596

FONTE: POF -- IPE/USP.

de proteínas, temos feijão, pão, farinha de trigo, ovos, leite e carnes. Há portanto uma relação positiva entre o preço dos nutrientes e o seu consumo.

4 — Análise da evolução do custo da alimentação na cidade de São Paulo — 1939/76

Nesta parte procurou-se analisar a evolução do custo da alimentação ao longo das últimas três décadas e meia, em termos das duas variáveis econômicas explicativas mais importantes: a renda e os preços dos alimentos. Como indicador de renda, utiliza-se o salário mínimo legal, que é comparado, período a período, com o custo da dieta da população. Posteriormente, discute-se a evolução dos preços dos alimentos e a alteração dos preços relativos dos três grupos de produtos: *in natura*, semi-elaborados e industrializados.

4.1 — Evolução do custo da dieta mínima e do salário mínimo

Com base nos principais produtos, estimou-se o custo da dieta mínima de calorias e de proteínas no período estudado: tomou-se os preços médios/ano ao consumidor de cada produto desde 1939¹³ e, levando em conta seus conteúdos nutricionais, calculou-se a média ponderada dos preços da caloria e da grama de proteína; considerando-se então as necessidades diárias desses dois elementos nutricionais, foram obtidos os respectivos custos/dia e mensal da dieta mínima. Os resultados são apresentados nas duas próximas tabelas.

Inicialmente, observa-se pela Tabela 13 que, dentre os seis alimentos selecionados, os que sofreram os maiores aumentos foram feijão, carne bovina e pão, o que certamente foi uma das principais

¹³ Os preços dos produtos constam do levantamento de preços ao consumidor realizado pelo IPE para a elaboração do ICV-SP. Os preços médios de cada produto e as ponderações utilizadas encontram-se em poder dos autores, podendo ser fornecidos, caso solicitados.

TABELA 13

Acréscimos percentuais de preços de 1.000 calorias e da grama de proteína, por tipo de produto para o município de São Paulo – 1939/76

Elemento Nutricional	Arroz	Feijão	Carne Bovina	Leite in natura	Pão	Açúcar	Média
Caloria (1.000)	274,932	847,966	825,488	192,986	645,073	233,347	515,716
Proteína (1 g)	275,264	796,278	794,464	194,023	584,770	—	580,471

causas para a redução no seu consumo ao longo do tempo, como foi anteriormente salientado.

Por outro lado, o leite *in natura*, que teve um grande incremento em seu consumo, foi o produto que apresentou as menores elevações de preços no período.

Em média, verificou-se que, de 1939 a 1976, o custo médio de proteína cresceu mais que o de caloria – respectivamente, 580,471 e 515,716% – devido ao fato de que foram justamente os preços dos três produtos de maior conteúdo protéico que mais cresceram, ou seja, feijão, pão e, principalmente, carne bovina, que, além da grande elevação de preços no período, experimentaram um substancial aumento de participação na oferta de proteínas às famílias.

Pela Tabela 14 nota-se que o custo da satisfação das necessidades mínimas diárias de calorias para um adulto¹⁴ é maior do que o de proteínas. Em 1976 o custo mensal médio do *intake* mínimo de proteínas e calorias era, respectivamente, de Cr\$ 158,50 e Cr\$ 237,44, o que equivale a uma relação de 1,5 entre o custo do *intake* calórico e o protéico.

Constata-se, também, que a relação entre o custo da dieta mínima de um adulto e o salário mínimo legal, na última década, mostra uma tendência crescente. Até meados da década de 60 essa relação para o caso de calorias foi de no máximo 26% (com exceção de 1950, quando o salário mínimo nominal permaneceu o mesmo que

¹⁴ De acordo com o National Research Council (NRC), os valores das necessidades mínimas para um adulto são 2.800 calorias e 65 g de proteína.

TABELA 14

Evolução do custo das necessidades mínimas diárias de calorias e proteínas para um adulto e do salário mínimo — 1939/76

Períodos	Calorias			Proteínas			Salário Mínimo Média Anual (Preços Correntes)	Variação Percentual (1939/40 = 100)
	Custo/Mês (Preços Correntes)	Variação Percentual (1939/40 = 100)	Relação Custo do Inicial/Salário Mínimo	Custo/Mês (Preços Correntes)	Variação Percentual (1939/40 = 100)	Relação Custo do Inicial/Salário Mínimo		
1939/40	0,046	...	0,209	0,027	...	0,123	0,220	...
1945	0,094	104,3	0,261	0,058	114,8	0,161	0,360	63,6
1950	0,151	228,3	0,419	0,097	259,3	0,269	0,360	63,6
1955	0,400	769,6	0,174	0,263	874,1	0,114	2,300	945,4
1960	1,333	2.896,8	0,201	0,928	3.337,0	0,140	6,618	2.845,4
1965	13,286	28.881,6	0,197	7,472	27.574,1	0,111	75,500	28.081,6
1970	53,274	116.790,3	0,279	35,568	131.633,3	0,185	192,400	80.263,6
1976	237,440	516.172,9	0,315	158,500	586.937,0	0,210	753,333	313.231,8

OFNTE: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE).

vigorava em 1945); em 1965, essa relação cai para 20%, o que reflete o fato de que esse foi um ano de grande safra agrícola. Depois de 1965, e principalmente em anos recentes, essa proporção atingiu 28%, em 1970, e 31,5%, em 1976.

A evolução da relação de custo do *intake* protéico/salário mínimo apresentou um comportamento semelhante: as percentagens que vinham variando de 11 a 16% (exceto em 1950) elevam-se para 18,5% em 1970, e 21%, em 1976.

A principal razão para o aumento da parcela da renda do trabalhador dedicada à alimentação na última década do período analisado foi sem dúvida a política salarial prejudicial ao fator trabalho adotada pelo Governo a partir de 1964, que provocou a partir de então, como se vê na Tabela 14, uma defasagem crescente entre taxas de reajustes salariais e aumento do custo da alimentação.

Outra explicação para o aumento da parcela do salário mínimo dedicada à alimentação ao longo do tempo poderia estar na própria evolução dos preços dos alimentos, ou seja, no desempenho da agricultura. Ocorre, no entanto, que ao longo de quase todo o período o índice de preços da alimentação não apresentou nenhuma defasagem sistemática em relação ao índice geral de preços ao consumidor. Somente na primeira metade da atual década é que se verificaram aumentos dos preços dos alimentos superiores aos do custo geral de vida, como mostra a Tabela 15. Isto se deveu ao surgimento de problemas de escassez relativa de alguns alimentos, cuja principal causa recente está na rápida expansão das culturas de produtos de exportação, que deslocaram a produção de alguns alimentos. Uma outra causa mais antiga, estrutural, encontra-se na estagnação ou redução na produtividade/área de alguns alimentos de consumo tradicional nas últimas décadas.

Em outras palavras, a evolução do estado nutricional decorre tanto das alterações das condições do mercado de trabalho como da oferta de alimentos. Na segunda metade da década de 60, a fixação de salários parece ter sido a variável fundamental. Na década de 70, a despeito de maior flexibilidade nas taxas de reajuste salarial, a oferta de alimentos sofre uma retração brusca, o que resulta num maior custo relativo da dieta.

TABELA 15

Taxas anuais de crescimento de preços para o município de São Paulo — 1953/76

Anos	Preços de Alimentação (1)	Preços ao Consumidor (Total) (2)	(1) — (2)
1953	25,3	19,2	+
1954	27,0	22,6	+
1955	15,0	13,4	—
1956	30,0	26,2	+
1957	3,6	13,7	—
1958	18,0	22,6	—
1959	66,3	42,7	+
1960	32,0	32,2	0
1961	43,9	43,5	+
1962	55,9	61,7	—
1963	86,9	80,5	+
1964	84,2	85,6	—
1965	30,5	41,2	—
1966	49,5	42,3	+
1967	18,8	25,3	—
1968	24,8	25,2	—
1969	27,5	22,6	+
1970	11,9	17,4	—
1971	23,6	21,6	+
1972	21,1	17,5	+
1973	17,1	14,0	+
1974	37,0	33,0	+
1975	26,4	29,3	—
1976	37,2	38,1	—

FONTE: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE).

4.2 — Evolução dos preços dos alimentos — 1939/76

A análise aqui será desenvolvida através da observação do comportamento dos índices de preços de grupos de produtos *in natura*, semi-elaborados e industrializados.

Foram construídos dois índices de produtos industrializados que foram comparados com um índice de produtos não industrializados (*in natura* e semi-elaborados).

O primeiro índice de produtos industrializados inclui pão, açúcar e óleo (índice I), os três produtos industrializados mais importantes como fonte calórica; no segundo substituiu-se o pão por carnes industrializadas (índice II), uma vez que o preço do primeiro apresenta problemas, dada a existência do subsídio do trigo, que distorce os preços do produto ao consumidor.¹⁵

O índice de alimentos *in natura* e semi-elaborados inclui arroz, feijão, carne bovina e leite *in natura*.

Em cada grupo de produtos tomaram-se os preços observados em cada ano, que foram ponderados pelas respectivas participações em calorias dentro de cada grupo.

Assim, calculou-se para cada ano dois preços relativos de industrializados em relação aos não industrializados, cujos resultados estão na tabela e nos dois gráficos seguintes.

TABELA 16

Preços relativos: alimentos industrializados/alimentos não industrializados — 1939/76

Índices	Períodos							
	1939/40	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1976
Índice I	0,59	0,77	0,99	0,65	0,96	1,27	0,87	0,64
Índice II	0,80	1,01	1,25	1,00	1,16	1,37	0,86	0,62

Nota-se uma grande consistência entre os dois índices, e em linhas gerais o que se observa é que até meados da década de 60 houve uma ligeira tendência a aumentar mais intensamente os preços dos produtos industrializados que os outros. A partir daí, no entanto, tem-se nos dois casos uma clara tendência descendente de seus preços. De fato, entre 1965 e 1976 os preços de todos os alimentos indus-

15 Isto não quer dizer que o preço de outros produtos seja totalmente livre, mas apenas que o trigo é o único com uma intervenção permanente, com altas taxas de subsídio à produção nacional.

trializados considerados aumentaram menos que qualquer um dos demais (*in natura* e semi-elaborados), como se observa a seguir:

TABELA 17
Aumentos percentuais dos preços dos produtos

Industrializados		Não Industrializados	
Lingüiça.....	734,8	Arroz.....	1.634,4
Mortadela.....	1.173,7	Feijão.....	4.678,8
Açúcar.....	937,9	Carne Bovina.....	1.564,0
Óleo.....	713,4	Leite.....	1.350,0
Pão.....	1.115,4		

Este barateamento relativo dos alimentos industrializados nos últimos 10 anos talvez se deva, em parte, à transferência para o consumidor, via preços, de aumentos de produtividade e economias de escala na indústria de alimentos. É possível também que a redução de preços relativos observada tenha origem no próprio setor primário, como resultado do processo de modernização da agricultura produtora de matérias-primas, possivelmente estimulado pela expansão estável da demanda da indústria de alimentos, como argumentam Pastore e outros.¹⁶

A outra parte da explicação para a queda dos preços relativos é dada pela própria evolução do setor produtor de alimentos tradicionais. Diversos estudos já mostraram que os alimentos de consumo tradicional apresentaram estagnação ou queda de produtividade nas últimas décadas e tiveram até decréscimo de produção *per capita*, o que veio a refletir-se nos seus preços na presente década.

A despeito da tendência encontrada, os preços dos elementos nutricionais derivados da maioria dos produtos industrializados são maiores que os dos alimentos *in natura* ou semi-elaborados. Quando se observa a Tabela 12, nota-se que o preço da caloria e, em menor grau, o da proteína, derivados dos alimentos industrializados, eram menores que os dos outros grupos de alimentos no período 1971/72.

¹⁶ J. Pastore, G. L. Silva Dias e M. C. Castro, "Condicionantes da Produtividade da Pesquisa Agrícola no Brasil", in *Estudos Económicos*, vol. 6, n.º 3 (São Paulo, 1976).

Gráfico 1

PREÇOS RELATIVOS : PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (I)/
PRODUTOS NÃO INDUSTRIALIZADOS (P_I)

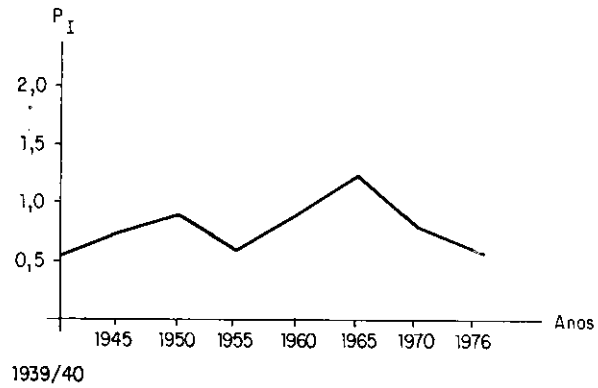
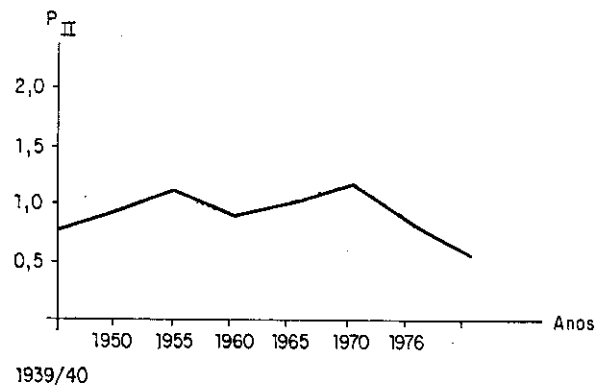


Gráfico 2

PREÇOS RELATIVOS : PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (II)/
PRODUTOS NÃO INDUSTRIALIZADOS (P_{II})



Quando, entretanto, se exclui do grupo de industrializados o pão, o açúcar e os óleos vegetais (estes dois últimos beneficiaram-se de alguns avanços tecnológicos na produção de suas matérias-primas na agricultura), a situação inverte-se: o preço médio de unidade de caloria do grupo de industrializados, sem os três alimentos mencionados, era em 1971/72 de Cr\$ 0,00167 contra Cr\$ 0,00145 dos alimentos semi-elaborados e Cr\$ 0,00127 dos alimentos *in natura*; para a proteína, o respectivo preço médio para os alimentos industrializados era de Cr\$ 0,03307, enquanto o dos semi-elaborados era de Cr\$ 0,03322 e o dos *in natura* de Cr\$ 0,02613.

Tendo em vista, portanto, que os alimentos *in natura* têm um peso muito grande na dieta das famílias de renda mais baixa, devido aos seus preços tradicionalmente inferiores, é de se supor que o estado nutricional dessas famílias, que já vinha sendo prejudicado pelos insuficientes reajustes salariais a partir dos anos 60, provavelmente agravou-se na presente década.

5 — Conclusões

O presente trabalho demonstrou que existe uma grande racionalidade por parte da população de baixa renda em relação aos gastos com alimentação. As cestas de alimentos para os dois grupos de famílias estudadas são praticamente idênticas quanto aos tipos de produtos comprados e à importância relativa de cada um na dieta. As diferenças são quantitativas, o que caracteriza uma insuficiência nutricional mais calórica que protéica no grupo de famílias pobres.

Por outro lado, observou-se que a deterioração do estado nutricional observada nas últimas décadas está altamente associada com a deterioração da renda real das famílias. De fato, após 1965 o orçamento familiar, principalmente das famílias pobres, foi intensamente pressionado, tanto por aumentos insuficientes do salário nominal dos membros economicamente ativos da família, como por elevações substanciais dos preços dos principais alimentos *in natura*, mormente na presente década.

Os resultados encontrados apontam três grandes linhas de atuação para a política econômica orientada à nutrição:

A primeira, em termos de curto prazo, é a intervenção governamental via subsídio de preços aos produtos mais importantes. Esse tipo de política, que é bastante usual no País, embora apresente impactos positivos sobre o estado nutricional da população, costuma ter impactos negativos sobre a produção agrícola (a política do trigo não é um bom exemplo disso).

Em termos de política de prazo mais longo, a primeira linha seria constituída pelas que visam ao aumento da renda nominal da família, que pode ser conseguido pela alteração da legislação trabalhista, em particular da política salarial vigente, bem como por uma política mais atuante de criação de empregos.

A outra linha de política econômica relevante é a que objetiva uma diminuição no preço, ao consumidor, dos principais produtos agrícolas (dos quais a cesta de alimentos é um bom indicador, pois aponta os produtos de atenção prioritária) via intervenção no processo produtivo, o que pode ser conseguido através do aumento da produtividade agrícola na produção de alimentos, de melhorias no sistema de comercialização e de investimentos em tecnologia de processamento e conservação dos produtos de consumo da população pobre.